



XXXVI CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL
DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA | QUESTÕES DISCURSIVAS

005. CADERNO DE QUESTÕES

DIREITO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE, TUTELA COLETIVA
E PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

QUESTÃO 01 – DIREITO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE (60 pontos)

Alice e Cláudio desejam adotar uma criança e, mesmo cientes da existência do procedimento de habilitação à adoção, ingressam em um grupo privado (fechado) de rede social onde há tratativas para a realização de “adoções ilegais” de crianças recém-nascidas, com burla ao Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA). Kelly, que está grávida e não possui família extensa, busca atendimento em serviço de saúde durante a gestação, ocasião em que manifesta o interesse em realizar a entrega voluntária da criança para adoção e é orientada acerca da necessidade de procurar a Vara da Infância e Juventude do local em que reside, para a realização dos procedimentos previstos em lei. Em que pese tal orientação, Kelly não comparece ao órgão jurisdicional e, após o nascimento da criança, decide realizar postagem no referido grupo privado de “adoções ilegais” da rede social em comento, noticiando o desejo de entregar o filho recém-nascido para pessoas que tenham interesse em adotá-lo. Alice responde à mensagem de Kelly na rede social e oferece a quantia de R\$ 15.000 (quinze mil reais) pela criança, contando com a anuência da genitora, que desconhece a paternidade de seu filho. Após se encontrarem em *shopping center*, Kelly recebe a quantia acordada e entrega o filho recém-nascido à Alice e Cláudio, que propõem ação de adoção com requerimento de guarda provisória, juntando a declaração de anuência de Kelly com o pedido. Arrependida de seu ato, Kelly constitui advogado, com o objetivo de reaver a guarda de seu filho. O caso é denunciado por meio da Ouvidoria do MPRJ e chega ao conhecimento do Promotor de Justiça da Infância e Juventude com atribuição, que constata a veracidade dos fatos noticiados, tendo ciência da instauração de inquérito policial.

Pergunta-se:

- A) Na condição de Promotor de Justiça, informe as medidas judiciais a serem adotadas perante a Vara da Infância e Juventude, visando resguardar os direitos fundamentais da criança.
- B) O ato praticado por Kelly configura entrega voluntária de criança para adoção prevista pela Lei n. 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA)? Seria admissível o exercício do direito legal de arrependimento previsto no ECA no caso em análise?

C) Considerando os fatos narrados no enunciado, discorra sobre a possibilidade de colocação liminar da criança em família substituta, apresentando fundamentação para a medida, com abordagem acerca de suas implicações práticas.

RESPOSTAS OBJETIVAMENTE JUSTIFICADAS.

QUESTÃO 02 – DIREITO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE (40 pontos)

João, de 15 anos, a quem já haviam sido impostas anteriormente 4 medidas de liberdade assistida por atos infracionais análogos a crimes de furto qualificado, comete novo furto e é apreendido em flagrante. Nesse processo, é imposta a João medida socioeducativa de semiliberdade. João é encaminhado para cumprimento da medida e, 5 dias depois de iniciar o cumprimento da semiliberdade, é mandado para casa, uma vez que a execução das medidas de semiliberdade foi suspensa em razão da pandemia. O processo de execução da medida socioeducativa imposta a João ficou, então, sem andamento. 18 meses depois, antes mesmo da finalização do Plano Individual de Atendimento, o Magistrado determina ao cartório que abra conclusão do processo e, exclusivamente com base no princípio da atualidade, extingue a medida socioeducativa e o processo de execução, intimando o Ministério Público para ciência da decisão.

Pergunta-se:

- a) É cabível, na hipótese, a aplicação de medida socioeducativa de semiliberdade?
- b) É possível a extinção da medida socioeducativa com fundamento no princípio da atualidade?
- c) No presente caso, quais os documentos necessários para embasar a sentença de extinção da medida socioeducativa?
- d) Como deve se manifestar o Promotor de Justiça ao receber o processo para tomar ciência da decisão de extinção?

RESPOSTAS OBJETIVAMENTE JUSTIFICADAS.

QUESTÃO 03 – TUTELA COLETIVA (30 pontos)

Considerando a atuação ministerial no microssistema de tutela da probidade, é possível dizer que, sem abandonar estratégias de *enforcement* ou de caráter repressivo-punitivo, o Ministério Público tem procurado balancear sua atividade finalística com a busca pela consensualidade adequada e útil, apta a reparar as lesões geradas, ao mesmo tempo em que fomenta a integridade na atuação dos investigados, inclusive como forma de prevenir novas lesões a direitos metaindividuais.

Quais instrumentos extrajudiciais de consensualidade podem ser utilizados pelo Ministério Público? Especifique os contornos e objetivos de cada um, bem como a diferença entre eles.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

QUESTÃO 04 – TUTELA COLETIVA (30 pontos)

O Promotor de Justiça de município na região serrana do Estado, ciente das condições de ocupação do território, em que se verifica adensamento populacional urbano desordenado, que se espraia por áreas sujeitas a deslizamentos, escorregamento e inundações, buscou acompanhar a política de assistência social estabelecida para situações de desastre ou calamidade. Considerando a situação, responda:

a) Qual o fundamento para atuação do Ministério Público na área da assistência social, em um cenário emergencial?

b) Quais serão as providências que o Promotor de Justiça, no âmbito de sua atribuição, deve tomar antes e depois de evento danoso?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

QUESTÃO 05 – TUTELA COLETIVA (40 pontos)

O Prefeito de determinado município decide exigir comprovante de residência e título de eleitor para viabilizar o atendimento em toda rede municipal de saúde, ao argumento de que a população em situação de vulnerabilidade social das cidades vizinhas está sobrecarregando os serviços de saúde do seu município e o montante de transferências recebido pelo Fundo Municipal de Saúde não é calculado para atender esse número de pessoas.

A ação do gestor municipal encontra amparo no regramento vigente? Quais seriam as medidas de gestão possíveis para equilibrar a questão financeira em foco?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

QUESTÃO 06 – PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO (100 pontos)

Uma proposição normativa em curso perante o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) tem por objetivo regulamentar o acordo de não persecução penal (ANPP) em conformidade com os preceitos introduzidos na ordem jurídica pela Lei Federal nº 13.964/19 (“Pacote Anticrime”).

Tal iniciativa baseia-se no argumento referente à necessidade de uniformização dos procedimentos para a aplicação do referido instituto no âmbito do *Parquet* brasileiro, conferindo homogeneidade ao atuar ministerial, à luz do princípio da unidade e do caráter nacional da Instituição.

A citada proposta mantém a vedação prevista na atual Resolução nº 181/17 do CNMP quanto ao oferecimento do acordo nas hipóteses em que o crime for hediondo ou equiparado nos termos da lei (art. 18, §1º, V, com a redação dada pela Resolução nº 183/18). Prescreve, ainda, que, no caso de recusa por parte do Ministério Público em propô-lo, o investigado poderá requerer a remessa dos autos ao Conselho Superior de cada Ministério Público, para fins de revisão.

Analise os pontos acima destacados da proposição, discorrendo sobre os limites e possibilidades do poder normativo do CNMP diante dos princípios e características institucionais do Ministério Público.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.